



OS IMPASSES NO ENSINO SUPERIOR DE EXCELENCIA: o papel da extensão universitária

Julia de Souza Moreira¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discutir sobre os impasses e desafios que o ensino superior que enfrenta um processo de contrarreforma e de que forma a extensão universitária contribui pode contribuir para o enfrentamento desse processo de desmonte da educação pública, gratuita e de qualidade. O estado da arte desse artigo pautou-se numa acurada revisão bibliográfica e documental das categorias: educação; reforma do ensino superior e extensão universitária. Por fim, entende-se que a extensão universitária é indissociável do ensino e da pesquisa, sendo por meio da extensão universitária que a formação acadêmico-profissional pode ser aquilatada.

Palavras-chave: Política de Educação, Reforma do ensino superior, Extensão universitária.

ABSTRACT : This article aims to discuss the difficulties and challenges that higher education faces a process of counter and how the university contributes extension can help to deal with this process of dismantling public education, free and quality. The state of the art of this article was based on an accurate bibliographic and documentary categories: education, reform of higher education and university extension. Finally, it is understood that the extension is inseparable from university teaching and research, and by extension the university academic and professional training can be evaluated.

Keywords: Education Policy, Higher Education Reform, University extension.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Amazonas – UFAM.
ajulia.more@gmail.com



I. INTRODUÇÃO

A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire.

Meszáros (2008) ensina-nos que no reino do capital, a educação é uma mercadoria. Daí a crise no sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recurso dos orçamentos públicos. Tal processo sob a égide do neoliberalismo tem como mote: “tudo se vende, tudo se compra”, tudo tem preço, do que a mercantilização da educação. Neste sentido, uma sociedade que transforma a educação em mercadoria está impedindo a emancipação dos sujeitos, pois transformar os espaços educacionais em shopping centers, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro é transformar a educação em *fast food*.

Os investimentos em educação feitos pelo Brasil nos últimos anos cresceram. Porém, ao contrário de outros países com o mesmo perfil de desenvolvimento, a qualidade de ensino não acompanhou o aumento desses gastos, de acordo com o estudo feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2012.

Sobre a educação superior, dados do Censo Nacional da Educação Superior 2008 (INEP, 2009) revelam que na era FHC o número de matrículas no setor privado alcança 70% e no governo Lula da Silva esse percentual chega à casa dos 75% do total de matrículas do ensino superior. Nota-se que a massificação da educação superior é capitaneada pelo processo de privatização. Além deste processo, a educação superior pública e de qualidade sofre um desmonte, visto que a partir de uma reflexão crítica do Prouni que se constitui em uma estratégia de repasse de recursos públicos para a iniciativa privada sob o discurso da ampliação e universalização do ensino superior, na atualidade, vivemos o momento da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni que foi instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007.

Do exposto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/1996 sinaliza que o ensino superior, de qualidade deve produzir e prestar serviço à comunidade que necessita ser assistida, sem contudo, substituir o papel do Estado, pois a Universidade deve formar cidadãos reflexivos, éticos e responsáveis sobre as demandas sociais,



suas formas de intervenção, além de questionar o papel e a responsabilidade do Estado como condutor de políticas públicas.

Dessa maneira, torna-se real no que se refere à Constituição Federal de 1988, no artigo 207 versa: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Sobre a concepção de extensão universitária, mais progressista e menos assistencialista, esta emerge no bojo do processo de redemocratização da sociedade brasileira, pois, a Extensão universitária “nasce” no Brasil ancorada nos modelos Europeu e Americano² que se baseia em oferta de cursos e da prestação assistencial de serviços. Portanto, na atualidade o foco na relevância social das atividades de extensão se expressa na opção feita pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX.

Nesse patamar, revela-se que a extensão universitária enquanto um processo educativo e científico produz um conhecimento que viabiliza uma ação transformadora entre Universidade e Sociedade, numa perspectiva de interação, entendida como um processo democrático, dialético e interdisciplinar. Assim, é vital conhecer e participar do papel da extensão universitária, entretanto há desafios a serem enfrentados para atingir um padrão de excelência na educação superior.

II. Política de educação no Brasil

A Constituição Federal, em seu artigo 3º, estabelece os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, ou seja, “construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação”.

² Sabe-se que as primeiras experiências com a Extensão Acadêmica surgiram na Inglaterra, na segunda metade do século XIX vinculadas à idéia de educação continuada. Em nosso país os primeiros indícios remontam o ano de 1911, contudo foi em 1931 que a extensão adquire registro nos Estatutos das Universidades.



Dessa forma, para obedecer à lei do poder maior do nosso país que é a Constituição Federal, é necessário erradicar a miséria, reduzir as desigualdades, combater qualquer tipo de discriminação ou exclusão garantindo assim oportunidade para todos os cidadãos brasileiros.

Betto (2010) afirma que embora o país entre 2001 e 2008 tenha garantido um crescimento maior da renda dos 10% mais pobres que a dos 10% mais ricos, não conseguiu mudar a situação de concentração de renda. Segundo ele, metade da renda total do Brasil continua nas mãos dos ricos. E afirma: “O Brasil é um país rico, mas não é justo”. O autor afirma que a educação é um dos fatores principais no processo de redução da desigualdade social brasileira, em especial o acesso à educação de qualidade. Segundo ele, constata que no Brasil, em cada 100 habitantes, apenas nove possuem diploma universitário.

Ainda há muito que fazer, pois vivemos num cenário globalizado, por isso é importante qualificar os cidadãos da nossa sociedade, o país melhorou e tem condições econômicas, culturais, educacionais boas para um novo caminho. Porém, é nesse processo que a educação e a universidade pública têm um papel decisivo.

Concordamos com Goergen (2005), ao afirmar que diante dos impasses atuais do mundo que fazem o ser humano se sentir perdido e em crise, a educação é chamada a dar sua contribuição, não só pelo que ensina ou pelas formas de ensinar, mas no sentido de envolver o homem como um todo, ou seja, no aspecto racional, ético e estético.

III. Relação entre ensino superior e extensão universitária:

Nas últimas décadas, em nosso país, vivencia-se uma forte pressão para que as universidades sejam mais inclusivas e, conseqüentemente, estejam em sintonia com as demandas da sociedade. Revela-se que se trata de uma cobrança advinda de setores dos movimentos sociais, organizações não governamentais e de governos, que pressionam pela construção de uma resposta mais efetiva à crítica, as transformações presentes na realidade decorrentes do ajuste neoliberal que afeta de forma direta as políticas públicas.



Em relação ao ensino superior, estamos vivendo um tempo de contrarreforma, visto que se entende que o Estado brasileiro se reformou quando saímos de um Estado de exceção e promulgamos a Constituição Federal de 1988. Assim, a ofensiva neoliberal orquestra pelos ideólogos da Reforma do Estado brasileiro nos anos de 1990, apresenta-se como uma contrarreforma as propostas universalizante e apregoa a Reforma Gerencial como saída fácil para o enfrentamento de demandas históricas, cujo objetivo é o culto idealizado ao mercado constituindo-se em um retorno vulgar ao ideário liberal. Esse processo afeta diretamente a universidade enquanto é um espaço educacional que articula ensino e sociedade, visando o desenvolvimento intelectual, cultural e a qualidade.

Convém lembrar que esse processo de massificação do ensino superior por meio da privatização nos anos de 1990 na era FHC é aprofundado no governo de Lula da Silva, sobretudo no que se refere à tentativa de desmonte do modelo de universidade pública que se pauta na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de vida dos cidadãos.

A indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão é reafirmada neste artigo, a partir da apreensão que a extensão universitária revela grande significância, haja vista a relação entre a troca de conhecimentos que perpassa a academia e a comunidade. Posto isto, defende-se a ideia de extensão universitária articulada com o ensino e a pesquisa contribui para fazer frente ao desmonte do ensino superior de qualidade, público e gratuito, pois constitui-se em um elemento indispensável para a formação profissional de qualidade na atualidade.

IV. Participação e contribuição dos docentes, discentes e comunidade nas atividades de extensão na UFAM no ano de 2011.

Edineide Jezine (2004, p.03) afirma que:

a nova visão de extensão universitária passa a se constituir parte integrante da dinâmica pedagógica curricular do processo de formação e produção do conhecimento, envolvendo professores e alunos de forma dialógica, promovendo a alteração da estrutura rígida dos cursos para uma flexibilidade curricular que possibilite a formação crítica.



Inúmeras são às concepções de extensão universitária no interior das universidades brasileiras, que vão desde a difusão do conhecimento, arte e cultura; desenvolvimento de comunidade; assistencialismo; prestação de serviço e atividade acadêmica, sempre em sintonia com as mudanças sociais, políticas e econômicas presentes na sociedade brasileira, não se constituem em uma hegemonia no âmbito da academia, visto que se observa nas inúmeras ações de extensão desenvolvidas, que esses modelos de extensão universitária sobrepuseram-se e convivem em maior ou em menor grau na atualidade.

Independente do caudal de conceitos e modelos acerca da extensão universitária, o presente estudo defende que a “Extensão é indissociável da Pesquisa e do Ensino, buscando cumprir seu papel de sistematizadora, produtora e socializadora de conhecimentos que sejam referenciados, de modo especial pelo compromisso social, pela ética e justiça social”. (SÍVERES, 2009, P.18).

Explicita-se que o Programa de Atividade Curricular de Extensão - PACE é vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização da Universidade Federal do Amazonas, constitui-se em um programa de extensão que se desenvolve em Manaus, Coari, Humaitá, Itacoatiara, Benjamin Constant, conforme a figura abaixo:



Figura 1: A capilaridade do PACE.

Fonte: Pesquisa documental, PROEXTI/UFAM, Relatório de Gestão, exercício 2011.

Depreende-se da figura acima que no anos de 2011 foram realizadas 549 ações de extensão que contou com a participação de 3.546 acadêmicos que além de



desenvolver uma atividade extramuros da sala de aula podem optar por créditos optativos ou AACC, além de certificados para comprovar sua participação ativa e qualitativa na ACE. Nessas ações podem atuar pessoas externas e internas a comunidade universitária.

Assim, em 2011, um total de 12.758 pessoas da comunidade externa à UFAM atingidas pelas ações de extensão, via PACE, assim como 1.420 colaboradores, integrantes da comunidade interna da UFAM, o que revela o compromisso da PROEXTI, responsável pelo programa, de atingir os objetivos do PACE que é : “intensificar o vínculo que une universidade e sociedade, de modo que aquela desempenhe o papel reflexivo e transformador que lhe cabe no interior desta”, bem como de “democratizar as relações dos agentes universitários entre si e com a população não universitária”.

Com base nos dados percebe-se que o número de ações, bem como de docentes, discentes e colaboradores envolvidos propiciam uma troca dialética entre os conteúdos desenvolvidos em sala de aula, o conhecimento produzido pela pesquisa e o exercício teórico-prático por meio da extensão universitária. Para tanto, o tempo presente nos convoca a responder os desafios da Universidade Brasileira, dentre esses inúmeros desafios está à qualidade da formação acadêmico-profissional, assim as das ações de extensão devem ser desenvolvidas como “necessária para o processo formativo da comunidade acadêmica e também deve contribuir para viabilizar as transformações necessárias da sociedade” (ALMEIDA, 2010, p.6).

V. Conclusão

Somos o que fazemos, mas somos, principalmente, o que fazemos para mudar o que somos.

(Eduardo Galeano)

Este artigo configura-se como uma provocação, pois ao se colocar em destaque o processo de contrarreforma do ensino superior e o papel da extensão universitária como estratégia de enfrentamento a esse processo, o que se postula é fomentar o debate sobre essa questão.



O ensino superior no Brasil vem sofrendo uma massificação sob o toque da privatização, assim inúmeros desafios encontra-se na cena contemporânea, pois vemos na atualidade estratégias para o ensino superior pautadas nas chamadas parcerias público-privado (PPPs) que expressa à concepção da política governamental para área educacional sob a égide de um “neoliberalismo requeentado” (LIMA, 2004), já que se fundamenta na expansão de vagas no ensino superior, por meio das instituições de ensino privadas, bem como com a introdução do ensino a distância (EAD).

Por fim, defender a qualificação e o potencial da extensão universitária em contraposição ao processo em curso é reconhecer que “a educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos” (FREIRE, 1983, p.28).

VI. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aelson Silva de. A contribuição da extensão universitária para o desenvolvimento de Tecnologias Sociais. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL – RTS (Org.). **A Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuição da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação** – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede Tecnologia Social (RTS), 2010.

BETTO, Frei. **Desigualdade Social no Brasil**. Rio de Janeiro, correio do Brasil, 10/08/2010 (www.freibetto.org).

_____, **Valores na economia pós-crise**. (Artigo publicado em 2010, no site www.criseoportunidade.wordpress.com).

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Ed. Paz e Terra, São Paulo. 1983

FORPROEX- Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades públicas brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Rio de Janeiro: FORPROEX, 2001. Disponível em: <<http://www.renex.org.br>>.

GEORGEN, Pedro. **Pós-modernidade, ética e educação**. 2ªed., Campinas: Autores Associados, 2005.



MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo, Boitempo, 2008.

SITE: ultimosegundo.ig.com.br/educacao/alunos - publicado em 07/12/2010.

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior no Brasil, características tendências e perspectivas**. (Artigo publicado no [site www.ucs.br/ucs/tpIPadrao/.../artigos/.../sistema_ensino_superior.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tpIPadrao/.../artigos/.../sistema_ensino_superior.pdf))

Universidade e suas fronteiras / Dirceu Benincá(org), 1^oed., - São Paulo -Outras Expressões , 2011.